Da “Crise de 1929” à “Crise de 2008”: reflexão historiográfica em torno do conceito de “Estado-Providência”

Autor(es): Nunes, João Paulo Avelãs

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36807>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_13_14

Accessed : 26-Apr-2023 11:19:06

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

DA “CRISE DE 1929” À “CRISE DE 2008”.
REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA EM TORNO DO
CONCEITO DE “ESTADO-PROVIDÊNCIA”¹

João Paulo Avelãs Nunes

¹ Versão actualizada do texto da comunicação apresentada ao Colóquio Internacional “1909-2009: crise e criatividade através da imprensa” (Coimbra, 7 de Outubro de 2009, organização do CEIS20 da UC).

João Paulo Avelãs Nunes, Doutorado em História Contemporânea pela UC, Professor Auxiliar do DHAA da FLUC. Investigador Integrado do CEIS20 e Investigador Colaborador do IHC da FCSH/UNL.

Introdução²

Tendo resultado do esforço de um profissional da investigação e do ensino da história para esboçar uma contextualização da actual crise económico-financeira e social de âmbito mundial, europeu e português, o presente texto adopta um registo de ensaio historiográfico. Mais do que analisar monograficamente uma determinada “crise global” — ou seja, financeira e económica, social e ideológica, política e, eventualmente, diplomática e militar —, visa-se comparar a “Crise de 1929” (a “Grande Depressão” que se lhe seguiu) e a “Crise de 2008”, bem como reflectir acerca das correlações que é possível estabelecer entre o conceito de “Estado-Providência” e as conjunturas de “disfunção sistémica” em causa.

Qualidade ou defeito, a análise historiográfica procura encarar todos os fenómenos no âmbito do período em que se inserem mas, simultaneamente, à luz de experiências ocorridas em outras épocas. Parte-se do princípio de que é operatório, por um lado, observar ao mesmo tempo realidades — similares ou divergentes — localizadas em momentos diferentes; por outro, detectar eventuais nexos de causalidade entre os processos considerados. A citada postura seria sobretudo útil quando quase todas as outras leituras aventadas (a partir da economia, da sociologia, do estudo das relações internacionais ou do senso comum) insistem em focalizar a sua atenção no “tempo presente”, apresentado como sendo “radicalmente diferente” das etapas anteriores.

Refere-se, ainda, que a noção teórica de “Estado-Providência” aqui adoptada não se limita ao que habitualmente é designado como as “preocupações sociais” do pós-Segunda Guerra Mundial (ou “modelo social europeu”). Integrou — integra ainda? — sistemas tendencialmente universais de saúde e de “segurança social” (vectores de promoção de “coesão social” mas, também, de eficácia económica), políticas de emprego e de rendimentos/preços, investimentos estruturantes na formação de recursos humanos (investigação científica e tecnológica, ensino e formação profissional, divulgação científica e animação cultural) e em infraestruturas, intervenção directa na e regulação da actividade económica, participação continuada em organizações internacionais e na gestão — mais multilateral do que unilateral — do sistema bipolar de relações internacionais.

O próprio conceito de “crise global” (ou “crise histórica”) hoje utilizado remete para um conjunto multifacetado e cruzado de factores, âmbitos geográficos e segmentos socioprofissionais. Disfunções financeiras graves geram ou ampliam problemas económicos, estagnação económica resulta em dificuldades e conflitos sociais, instabilidade social prolongada e sem horizontes tende a provocar agitação ideológico-política e diplomático-militar, perturbações graves em países centrais afectam a generalidade dos Estados a nível mundial.

Para além do mais, as desigualdades pré-existentes — entre sectores sociais regiões e países — são, por norma, agravadas durante as etapas de “crise global”, o que redundará no aprofundar dos antes referidos vectores de perturbação e confronto. Se, muitas vezes, as conjunturas marcadas por fortes sinais de disfunção resultam da ausência total ou parcial de regulação, a inexistência de estratégias que visem limitar e distribuir paritariamente os sacrifícios e os benefícios acrescidos acarretam

² Cfr., nomeadamente, C.M. Cipolla, 1991; B. Droz, 1988-1993; J.K. Galbraith, 1995; E. Hobsbawm, 1996; J. Joll, 1982; A.S. Nunes, 1970; R. Remond, 1994; N. Valério, 1995.

uma escalada de hostilidade e a precarização de laços de solidariedade e coesão social já de si frágeis ou fragilizados.

A “Crise de 1929” e a “Grande Depressão”³

Desencadeada num período de relativa estabilidade político-diplomática, de crescimento económico e de aprofundamento dos níveis de “integração civilizacional”, a Primeira Grande Guerra (1914-1918) gerou dificuldades novas ou potenciou problemas já antes presentes nos âmbitos nacional, europeu ou mundial. Contraditoriamente, o essencial das elites de quase todos os países e dos segmentos dominantes das “opiniões publicas” respectivas consideraram que, depois do fim do conflito, a própria realidade se encarregaria de “regressar à normalidade” uma vez desmanteladas as “intromissões político-administrativas” exigidas pela confrontação.

Assumindo, em sentido inverso, uma lógica semi-intervencionista, os Tratados que estabeleceram as condições de funcionamento futuro do sistema de relações internacionais consagraram o empenho dos Estados vencedores em manter ou ampliar o seu poderio — as respectivas “zonas de influência” —, em bloquear ou retardar a capacidade de afirmação das “nações inimigas”. Essa evolução ocorreu, para além do mais, sem que o país que emergiu da guerra como nova potência dominante (os EUA) aceitasse desempenhar a equivalente função de liderança; sem que a “vontade dos mais fortes” fosse legitimada e atenuada pela vigência de normas jurídicas e pela actividade de organizações internacionais tendencialmente paritárias (estatuto que a Sociedade das Nações nunca chegou a alcançar).

Face a um tal conjunto de acções e de omissões — às quais se poderiam acrescentar, nomeadamente, a consolidação de um regime comunista na Rússia/URSS; a recusa em negociar a independência das populações e dos territórios tutelados (“colónias, protectorados e mandatos”) —, a partir de 1919 a Europa e o Mundo conheceram, em maior ou menor grau, uma sucessão de momentos de euforia especulativa e de crise, de internacionalização económica e de protecçãoismo ou autarcia, de democratização e de radicalização política à esquerda ou à direita, de pacifismo ou apaziguamento e de irredentismo, de massificação e de elitismo, de vanguardismo cultural e de conservadorismo ou tradicionalismo.

Nesta perspectiva, a “Crise de 1929” e a “Grande Depressão” — que se prolongou, na generalidade dos países, até ao desencadear da Segunda Guerra Mundial — dificilmente podem ser encaradas como mera decorrência de “más práticas financeiras” e/ou da “evolução natural” (isto é “inevitável”) dos ciclos económicos. Estariam, pelo contrário, também (ou sobretudo) associadas à recusa em conceber e em adoptar soluções que, nos planos nacional e internacional, ajudassem a superar bloqueios e a aproveitar oportunidades herdadas do período anterior a 1914 ou surgidos a partir do início da Primeira Grande Guerra.

³ Cfr., entre outros, D.H. Aldcroft, 1997; J.L. Cardoso, 2001; C. Gordon, 1994; A.M. Hespanha, 2003; P. Léon, 1982; N.L. Madureira, 2002; A.J.A. Nunes, 2008; R.J. Overly, 1996; F. Rosas, 1986; D. Rothermund, 1996; N. Valério, 1997; M. Winock, 1990.

Mau grado o facto de não terem sido sistematizadas nem concretizadas em escala significativa, diversas propostas surgiram, nas décadas de 1920 e 1930, com o propósito de contestar e de fornecer alternativas às concepções marginalistas e proteccionistas ou corporativistas dominantes. Considerando apenas, teorias científicas e correntes ideologias que não advogavam a substituição do “modo de produção capitalista”, evocam-se as hipóteses explicativas e as propostas aventadas por John Maynard Keynes, o *New Deal* nos EUA, os programas das Frentes Populares em França e Espanha, as diferentes “experiências reformistas” tentadas na Escandinávia e na Suíça.

Provavelmente, a “Crise de 1929” e a “Grande Depressão” resultaram da não adequação da governação da economia às características e necessidades do “capitalismo monopolista”, da não introdução de modalidades de redistribuição da riqueza — em favor das “classe populares” e dos países ou territórios subdesenvolvidos — que evitassem a periódica desadequação entre oferta e procura de bens e serviços. Decorreram, ainda, das indefinições e obstáculos a um “melhor funcionamento da economia mundial” associados ao modo como foi reestruturado o “sistema de relações internacionais”, do não concretizar de soluções fiscais e outras que viabilizassem o pagamento das dívidas acumuladas durante o conflito de 1914-1918, da adopção de programas nacionalistas e populistas (militaristas e proteccionistas ou autárquicos) em vários países, da escassa intervenção de diversos Estados como reguladores e dinamizadores dos respectivos sistemas financeiros e das respectivas economias.

Pós-Segunda Guerra Mundial e “Estado-Providência”⁴

Constituindo uma das etapas mais violentas e avassaladoras da época contemporânea — da história da humanidade —, o conflito de 1939-1945 gerou, igualmente, um processo inédito de reflexão e de intervenção com o objectivo de garantir uma governação mais multilateral e globalizada da “economia-mundo capitalista” e do sistema de relações internacionais. Desencadeada no ano de 1944, a referida “estratégia genérica” sobreviveu à formalização da “Guerra Fria” e, apesar das alterações entretanto introduzidas, ao colapso (ou à derrota) do “Bloco Soviético”.

Perante a memória e a análise das dificuldades verificadas após 1918, da relação de causa e efeito entre esse conjunto de problemas não resolvidos e a Segunda Guerra Mundial; devido ao peso crescente tanto das organizações político-sindicais e outras de centro/esquerda, como da “ameaça comunista”, as lideranças e os segmentos predominantes das populações dos países capitalistas centrais e semiperiféricos foram optando por políticas substancialmente diferentes das que tinham vigorado até então. Iniciou-se o esforço de implantação e difusão do modelo de “Estado-Providência”, criaram-se organizações internacionais de cariz multilateral e formalmente baseadas no direito.

Na quase totalidade dos Estados capitalistas periféricos, já antes existentes ou tendo alcançado a independência depois da Segunda Guerra Mundial, a realidade assumiu características diferentes. Em resultado da escassez de apoio por parte dos países desenvolvidos, das opções das elites e populações dos “países pobres”, da lógica

⁴ Cfr., nomeadamente, R. Aracil, 1998; V. Bulmer-Thomas, 1994; L.P. Cunha, 2008; A. Gordon, 2003; T. Judt, 2007; P. Léon, 1982; W.J. Macpherson, 1995; A.J.A. Nunes, 2008; M.F. Rollo, 1994; N. Valério, 1997.

de funcionamento da economia-mundo capitalista, as nações em causa não se dotaram desse ripo de regulação, mantendo soluções diferentes do “Estado-Providência” ou utilizando as instituições públicas como instrumentos de apropriação de poder e riqueza em favor das “classes privilegiadas”. Os países subdesenvolvidos que conseguiram tornar-se nações semi-desenvolvidas ou desenvolvidas tenderam, no entanto, a adoptar o figurino do “Estado-Providência”.

Realizada ainda durante o conflito de 1939 a 1945, a Conferência de Bretton Woods — ou Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas — (Julho de 1944) procurou redefinir as condições de funcionamento do sector financeiro e da economia capitalista a nível internacional e nacional. Dinamizada pelos EUA sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt, contou com a presença, entre outras personalidades, do próprio John Maynard Keynes (membro da delegação do Reino Unido). Apesar dos impasses verificados, o Acordo de Bretton Woods esteve na origem da criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento — depois Banco Mundial —, da escolha do dólar como “moeda-padrão” (até 1971), da paulatina e negociada redução dos níveis de “proteccionismo económico”: projecto de uma Organização Internacional do Comércio, assinatura do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (sucessivamente revisto), recente criação da Organização Mundial de Comércio.

Por comparação com a precária existência da Sociedade das Nações (SDN), instituída no seguimento da Primeira Grande Guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) acabou por se revelar uma modalidade de intervenção relativamente estável, que deveria transpor para a escala global algumas das características dos “Estados-Providência” de âmbito nacional. Visou-se criar um espaço permanente de relacionamento multilateral entre todos os países do Mundo, tendencialmente baseado na defesa dos “direitos humanos” e no respeito por “normas jurídicas internacionalmente aceites”. Apesar das limitações decorrentes da “Guerra Fria”, tentou-se debater e promover a aplicação de soluções ou de mecanismos de regulação que abarcavam a generalidade das vertentes de funcionamento das sociedades humanas e não apenas os aspectos político-diplomáticos e militares. Procurou-se intervir em processos tão decisivos como a contenção da “rivalidade bipolar”, a “segunda vaga” de independências, a promoção do desenvolvimento dos Estados periféricos, a atenuação dos níveis de desagregação dos equilíbrios ambientais.

Tornado público em 5 de Junho de 1947 e vigente até 30 de Junho de 1952 (mesmo perante as modificações ocorridas a partir do início da Guerra da Coreia), o “Plano Marshall” — ou European Recovery Program — e a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) foram outros exemplos da vontade de utilizar os aparelhos de Estado como factores potenciadores de crescimento económico, de integração social e de estabilização, quer da hegemonia do “modo de produção capitalista”, quer da “liderança ocidental” do sistema de relações internacionais. Também decorrentes da iniciativa norte-americana e focalizados exclusivamente na Europa, visaram contribuir para a mais rápida superação das dificuldades resultantes da Segunda Guerra Mundial, apoiar a transição da economia dos EUA para a situação de paz, conter o aumento da influência dos partidos e de outras organizações comunistas, diminuir a probabilidade de uma invasão soviética, fomentar a cooperação e reduzir os factores de conflito entre os países europeus da “zona de influência” norte-americana.

Influenciadas por diversos condicionalismos, com destaque para o desfecho da Segunda Guerra Mundial, para as ameaças da “Guerra Fria” e para o sucesso da OECE (inicialmente defendida apenas pelos EUA), a 25 de Março de 1957 seis nações — França e RFA, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo — assinaram o Tratado de Roma e fundaram a Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE). Para além de uma união aduaneira, tratou-se, mesmo que apenas embrionariamente, da primeira etapa de um esforço de integração europeia nos planos económico-social, político-cultural e diplomático-militar.

Em alternativa a anteriores projectos de cariz imperial ou, no mínimo, unilateral, (dinamizados pela Grã-Bretanha, França e EUA ou pela Alemanha e Japão), considerou-se que o desenvolvimento sustentável dependia, entre outros factores, da estruturação de regimes democráticos e do reconhecimento de estatuto similar a todos os países e regiões envolvidos; da cooperação entre Estados reguladores da e intervenientes na economia capitalista, empresas privadas e restante “sociedade civil”; da convergência entre “competitividade económica”, direitos sociolaborais e preocupações de salvaguarda ambiental.

Seria, assim, possível considerar que, do final do conflito de 1939-1945 até ao início da década de 1980, se verificou, nos centros e em muitas da semi-periferias da economia-mundo capitalista, o predomínio da teoria económica keynesiana, do modelo de “Estado-Providência” e do empenho em participar em organizações internacionais de natureza multilateral. Essas escolhas, em parte decorrentes, tanto da afirmação sociocultural e político-ideológica das “classes trabalhadoras”, como da “Guerra Fria”, ajudaram a viabilizar, durante cerca de quarenta anos, a ausência de uma nova confrontação militar de dimensão global, o aumento do número de nações com sistemas políticos democráticos, a menor incidência e gravidade de crises económico-financeiras e sociais, o crescimento da produção de riqueza e do grau de desenvolvimento, a melhoria assinalável das condições de vida das populações, o incremento da coesão social interna e da cooperação externa.

A “Crise de 2008”⁵

Observável, mesmo para leigos, pelo menos desde o Verão de 2008, a crise que hoje atravessamos apresenta similitudes e diferenças por comparação com a “Crise de 1929”. Relativamente às semelhanças, destaque para o facto de o “modo de produção capitalista” ter voltado a abranger a quase totalidade da economia mundial, para a prevalência de uma corrente de pensamento económico neoclássica (o monetarismo); para a relação de causa e efeito entre “especulação bolsista em larga escala”, problemas graves no sistema financeiro e dificuldades económico-sociais generalizadas; para a centralidade dos EUA enquanto espaço de acumulação e de disseminação dos “factores de disfunção”.

Quanto às dissemelhanças, realce para o ampliar dos níveis de integração da economia mundial (ou “globalização”); para a alteração da importância económico-financeira e do poder relativo dos países desenvolvidos, dos países de desenvolvimento intermédio e de alguns dos países em vias de desenvolvimento (nomeadamente a China,

⁵ Cfr., entre outros, J.S. Andrade, 2009; L.P. Cunha, 2008; J.K. Galbraith, 1995; T. Judt, 2011; A.J.A. Nunes, 2008; A.J.A. Nunes, 2011; J. Reis, 2011.

a Índia, o Brasil, a Turquia e outros); para o reforço dos meios de intervenção dos Estados e das organizações internacionais no funcionamento do sistema financeiro, da economia e do tecido social; para o maior volume de informação e de capacidade de análise disponíveis acerca das características e das modalidades de funcionamento das comunidades humanas no espaço e no tempo.

Em resultado de uma progressiva terciarização e financiarização das economias dos países centrais e semiperiféricos, segmentos crescentes, tanto dos capitais disponíveis como dos próprios recursos financeiros de Estados e de empresas (dos sectores primário, secundário e terciário) foram aplicados na especulação bolsista, ou seja, retirados da “economia real” e transferidos para um “jogo virtual” de mera reprodução dos capitais investidos. As “vantagens para todos os envolvidos” eram aparentemente tão grandes que levaram entidades até então credíveis e no essencial estáveis a criar, vender e comprar “produtos financeiros tóxicos”; à anulação das regras de segurança antes estabelecidas ou ao contornar desses mesmos limites por parte de inúmeras organizações privadas e de instituições públicas; à apologia das políticas e das práticas adoptadas ou ao silêncio de muitos especialistas e da maioria dos órgãos de comunicação social.

Algumas das questões que se devem colocar sobre a “Crise de 2008” serão, pois, as seguintes. Como foi possível, em termos financeiros e económicos, repetir muitos dos “comportamentos de risco” adoptados nos anos vinte do século passado? Porque uma nova “crise económica e social global” — pelo menos nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio — se durante décadas (desde o fim da Segunda Guerra Mundial) se evitaram fenómenos com essa magnitude e gravidade? Estamos perante um problema financeiro que afectou o conjunto da economia ou face a disfunções económicas tornadas visíveis e potenciadas por dificuldades de natureza financeira? Outras vertentes da realidade humana — os interesses sociais, as escolhas político-institucionais, a produção e o consumo de cultura e de ciência/tecnologia — são irrelevantes ou significativas, positivas ou negativas para a superação das dificuldades que atravessamos?

Correndo, embora, o risco de ignorar factores importantes, concordaria com as leituras segundo a quais, quer a explicação da “Crise de 2008”, quer as soluções mais operatórias para a mesma derivam da análise de fenómenos como a substituição do keynesianismo pelo monetarismo enquanto escola de pensamento económico mais influente na gestão da economia-mundo capitalista; como as pressões no sentido do dismantelar, parcelar ou integral, dos “Estados-Providência” nacionais; como a limitação da capacidade de regulação económico-financeira e social das organizações internacionais de natureza multilateral; como o adoptar de uma estratégia neoliberal de gestão do processo de “globalização”; como a afirmação de que a vontade de competir para adquirir e utilizar recursos escassos é uma característica indiscutível e uma virtude nuclear do ser humano (encarado como *homo oeconomicus*).

Lançada nos anos setenta do século XX, a ofensiva contra o keynesianismo, o “Estado-Providência” e o aprofundamento negociado do esforço de integração da economia-mundo capitalista alcançou maior intensidade e eficácia após o fim da “Guerra Fria”, decorrente do colapso — ou da derrota — do “Bloco Soviético” no início da década de 1990. Surgida como simples vector de correcção de bloqueios parcelares entretanto identificados nas soluções implementadas após a Segunda Guerra Mundial, conseguiu

obter o apoio da generalidade das forças políticas e das organizações sociais de centro/direita e de centro/esquerda.

Acabou, assim, por redundar na hegemonia do monetarismo, isto é, no regresso a valores e a equilíbrios de interesses similares aos que foram dominantes até à “Crise de 1929” e à “Grande Depressão”. O “Estado-Providência” passou a ser encarado como responsável pela “asfixia da iniciativa privada”, ou seja, pela “diminuição drástica da competitividade” das economias centrais e semi-periféricas. Optou-se por uma “globalização desregulada e neoliberal”, instrumento de redução de direitos (socio-económicos, culturais e ambientais nos países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio) e de afirmação da especulação financeira à escala mundial.

A União Europeia, Portugal e a “Crise de 2008”⁶

Instituída numa conjuntura de “Guerra Fria” e de hegemonia do keynesianismo — resposta ao fracasso do marginalismo na gestão da economia capitalista no pós-Primeira Grande Guerra —, a CEE decorreu do sucesso da OECE e do “Plano Marshall”, tendo estabelecido objectivos e adoptado soluções substancialmente diferentes dos definidos para a European Free Trade Association (EFTA, criada em 1960). Apesar de, na maior parte dos países, continuarem hoje a ser maioritários os mesmos partidos de centro/direita e de centro/esquerda que edificaram os “Estados-Providência”, a UE tem, no entanto, assumido a função de pilar fundamental de afirmação da hegemonia do monetarismo, das correspondentes políticas e práticas económico-financeiras e sociais.

Confrontados com o prolongar das sequelas da “Crise de 2008” e com o aumento do peso relativo das “economias emergentes”, os Governos e as maiorias parlamentares dos países da UE e de outros Estados desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio parecem retomar a ortodoxia monetarista e abandonar as medidas de cariz neo-keynesiano introduzidas a partir de 2009. Ignorando dados empíricos e propostas de análise alternativas acumulados desde a década de 1920 ou dando preferência quase absoluta aos “grandes interesses”, daí tem resultado a diminuição do crescimento económico e o aumento do desemprego, a quebra do poder de compra de parcelas maioritárias das populações e a redução dos “apoios sociais” públicos, a ampliação dramática das dificuldades dos países semi-periféricos e da instabilidade financeira global.

No que concerne à UE, o regresso à hegemonia do monetarismo tem sido acompanhada por uma retórica acerca da “responsabilidade moral” dos incumpridores dos “limites de endividamento”. Segundo esta leitura da realidade, os maiores problemas económicos e financeiros derivariam, afinal, sobretudo nos países da Europa do Sul, dos “insustentáveis gastos públicos”, dos “demasiado elevados” salários e “regalias sociais” dos trabalhadores, do “consumo excessivo” das famílias. Uma tal interpretação justificaria mesmo uma radical alteração do modo de funcionamento da UE, o regresso a discursos e a práticas nacionalistas e “darwinistas sociais”, o intensificar do processo de desmantelamento dos “Estados-Providência”, a imposição de estratégias sucessivas de “ajustamento económico e financeiro”.

⁶ Cfr., entre outros, J.S. Andrade, 2009; T. Judt, 2011; A.J.A. Nunes, 2011; J. Reis, 2011; A.M. Silva, 2010; W.F.V. Vanthoor, 1999.

Aceitando, embora, que alguns dos países da UE concretizaram nas últimas décadas políticas económicas e sociais menos (ou não) sustentáveis, os defensores de concepções neo-keynesianas chamam a atenção para outros factores relevantes. Destacam, também, o facto de as elites nacionais e globais serem as principais beneficiárias de muitas das “escolhas irresponsáveis” realizadas pelo menos desde o início da década de 1990. Evocam, igualmente, as consequências da massiva especulação financeira efectuada em anos recentes com a conivência dos Bancos Centrais e dos Governos; as sequelas das estratégias de desregulação económico-financeira e social, da privatização extensiva de funções públicas, da deslocalização de inúmeras actividades produtivas para Estados periféricos e da financiarização da economia; as implicações da quase ausência de políticas económico-sociais conjuntas por parte da UE.

Enquanto nação que mantém o estatuto de semiperiferia, Portugal ilustraria bem as contradições antes referidas. Tendo um regime democrático e integrando, quer a UE, quer um Mundo globalizado, o nosso país atravessa uma situação de crise profunda que obriga a questionar as opções feitas desde 1986 ou, mesmo, desde 1974. Com algumas semelhanças face ao período da Regeneração (1850/1851 a 1890/1891), o Estado e os agentes económicos privados investiram de forma excessiva nos sectores das obras públicas e da construção civil; continuaram elevados os níveis de corrupção, nepotismo e desigualdade. Não se alterou em escala suficiente tanto a especialização na produção de bens e serviços de baixo valor acrescentado, como a utilização preferencial de força de trabalho pouco qualificada (tendencialmente mal remunerada e com vínculo precário). Verificou-se, ainda, abandono de actividade produtiva, deslocalização de empresas, transferência de capitais da “economia real” para o “universo paralelo” das aplicações financeiras.

Reconhecendo-se validade à caracterização proposta, seria operatório afirmar que a “Crise de 2008” decorreu, em grande parte, da substituição do keynesianismo pelo monetarismo enquanto corrente de pensamento económico dominante, do esforço de desconstrução dos “Estados-Providência” do aprofundar da globalização neoliberal. A superação da actual etapa de disfunção económico-financeira e social nos países centrais e semiperiféricos da economia-mundo capitalista poderia, assim, depender da reimplantação de modalidades de regulação pública e de redistribuição da riqueza à escala nacional e internacional. Adoptar-se-iam, também, políticas que, sem derivas proteccionistas ou autárquicas, incentivassem a estruturação de tecidos económicos nacionais equilibrados (não terciarizados ou financiarizados). Os Estados e as organizações internacionais deveriam poder obter os recursos que lhes permitissem garantir a satisfação de necessidades sociais fundamentais.

Se observarmos o comportamento da UE à luz desta hipótese de interpretação, deparamo-nos, eventualmente, com posturas pró-cíclicas ou, mesmo, causadoras de um agravamento dramático das dificuldades sentidas. Mantém-se a não concretização de soluções económicas e sociais integradas e fomentadoras de crescimento económico/do pleno emprego. Adoptam-se políticas monetaristas e financeiras coerentes com os pressupostos da globalização neoliberal, sinónimo de financiarização e desregulação da economia, de perda de qualidade de vida e de direitos sociais. Regressaram mundividências “darwinistas sociais” e comportamentos nacionalistas, os quais poderão redundar na subversão ou na desagregação da UE, na limitação da respectiva capacidade de afirmação à escala mundial.

Conclusão

Procurou-se neste artigo lembrar o contexto explicativo da “Crise de 1929” e da “Grande Depressão”. Destacou-se, em seguida, o facto de, após a Segunda Guerra Mundial, se terem introduzido nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio da economia-mundo capitalista diversas modalidades de regulação e de redistribuição da riqueza que visaram evitar crises económicas e sociais, radicalização político-ideológica, conflitos diplomáticos e militares. Em acréscimo à memória dos receios, dos sofrimentos e das oportunidades que marcaram as décadas de 1920 a 1940, da capacidade de afirmação das forças políticas e sociais de centro/esquerda e de esquerda, a lógica da “Guerra Fria” contribuiu decisivamente para a adopção das soluções em causa.

A hegemonia do keynesianismo, a estruturação dos “Estados-Providência” e a criação de organizações internacionais com alguma capacidade de intervenção foram os principais vectores de concretização desta nova mundividência. Pelo menos nas nações centrais e semiperiféricas estiveram, igualmente, na origem de melhorias substanciais das condições de vida das populações, de ampliação da riqueza produzida e de maior justiça na sua distribuição, de elevação dos níveis de desenvolvimento. Sobretudo depois da desagregação da “alternativa comunista”, assistiu-se à emergência do monetarismo, ao contestar dos “Estados-Providência” e à intensificação do processo de “globalização neoliberal”.

Implicando o regresso a valores e a políticas semelhantes às que foram dominantes até à Segunda Guerra Mundial, a “época do monetarismo” contribuiu, de forma relevante, para a eclosão da “Crise de 2008”, a qual apresenta inúmeras semelhanças com a “Crise de 1929”. Por sua vez — e mau grado as auto-limitações concretizadas nos últimos anos —, a intervenção dos “Estados-Providência” e das organizações internacionais estará a atenuar algumas das sequelas económico-sociais e político-ideológicas da crise, a tentar evitar que a mesma se transforme numa segunda “Grande Depressão”. Convirá, finalmente, lembrar que, ao contrário do sucedido nas décadas de 1920 e 1930, toda esta evolução tem ocorrido em resultado das opções assumidas em países desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio onde vigoram regimes democráticos ou demoliberais.

Enquanto experiência de regulação nacional e internacional construída num período marcado pelo predomínio do keynesianismo, pela “Guerra Fria” e pela eficácia do “Plano Marshall”/da OECE, a CEE/UE começou por resultar na consolidação e na disseminação do modelo de “Estado-Providência”. Contando com um apoio crítico por parte dos sectores da esquerda, o referido processo foi protagonizado pelas correntes de centro/esquerda e de centro/direita. Pelo menos desde o início da década de 1990, essas mesmas forças políticas passaram a governar a economia e as relações sociais de acordo com os pressupostos do monetarismo, o que implica o gradual dismantelar ou a privatização dos vectores dos “Estados-Providência”. A eclosão e o prolongar da “Crise de 2008” podem ser fruto de uma tal evolução, agravada pelo reemergir dos nacionalismos e do unilateralismo no seio da UE.

Documentação e bibliografia

- ALDCROFT, Derek H. – *Studies in the interwar european economy*. Londres: Ashgate, 1997.
- ANDRADE, João Sousa [et. al.] – *A crise financeira internacional*. Coimbra: IUC, 2009.
- ARACIL, Rafael [et. al.] – *El Mundo actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros dias*. 2ª edição. Barcelona: Ediciones Universitat de Barcelona, 1998.
- BULMER-THOMAS, Victor – *The economic history of Latin America since independence*. Cambridge: CUPress, 1994.
- CARDOSO, José Luís – *História do pensamento económico português. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- CIPOLLA, Carlo M. – *Between history and economics. An introduction to economic history* (trad. do italiano). Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- CUNHA, Luís Pedro – *O sistema comercial multilateral e os espaços de integração regional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.
- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony – *História do século XX* (trad. do francês). 4 volumes: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988-1993.
- GALBRAITH, John Kenneth – *Viagem através da economia do nosso século* (trad. do inglês). Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- GORDON, Andrew – *A modern history of Japan from Tokugawa times to the present*. Oxford: OUPress, 2003.
- GORDON, Colin – *New Deals business, labour and politics in America (1920-1935)*: Cambridge: CUPress, 1994.
- HESPANHA, António Manuel – “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidade e rupturas”. *Análise Social*. N.º 165 (Inverno de 2003) p. 1285-1302.
- HOBSBAWM, Eric – *A era dos extremos. História breve do século XX (1914-1991)* (trad. do inglês). Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- JOLL, James – *A Europa desde 1870* (trad. do inglês). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- JUDT, Tony – *Pós-guerra. História da Europa desde 1945* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70, 2007.
- JUDT, Tony – *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70, 2011.
- LÉON, Pierre (dir.) – *História económica e social do Mundo* (trad. do francês). Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982. Vols. V e VI.
- MACPHERSON, W.J. – *The economic development of Japan (1868 -1941)*. Cambridge: CUPress, 1995.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *A economia dos interesses. Portugal entre as guerras*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- NUNES Adérito Sedas – “Questões preliminares sobre as ciências sociais”. *Análise Social*. N.º 30/31 (1970) p. 201-298.
- NUNES, António José Avelãs – *Uma volta ao mundo das ideias económicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- NUNES, António José Avelãs – *Uma leitura crítica da actual crise do capitalismo*. Coimbra: FDUC, 2011.

- OVERY, Richard J. – *The nazi economic recovery (1932-1938)*. 2ª edição. Cambridge: CUP, 1996.
- REIS, José; RODRIGUES, João (coord.) – *Portugal e a Europa em crise*. Lisboa: Actual, 2011.
- RÉMOND, René – *Introdução a história do nosso tempo* (trad. do francês). Lisboa: Gradiva, 1994.
- ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ROTHERMUND Dietmar – *The global impact of the Great Depression (1929-1939)*. Londres: Routledge, 1996.
- SILVA, António Martins da – *História da unificação europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: IUC, 2010.
- VALÉRIO, Nuno; NUNES, Ana Bela – *O crescimento económico moderno*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- VALÉRIO, Nuno; NUNES, Ana Bela – *História económica mundial contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- VANTHOOR, Win F.V. – *A chronological history of the European Union (1946-1990)*. Londres: Edward Edgar Publishing, 1999.
- WINOCK, Michel (dir.) – *Les années trente. De la crise à la guerre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.